



**PARECER PRÉVIO Nº 51/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 12335/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Manaquiri
- 4- **Exercício:** 2015
- 5- **Responsável:** Aguinaldo Martins Rodrigues (Prefeito Municipal)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4036/2018-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Manaquiri. Exercício de 2015.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das contas do Sr. Aguinaldo Martins Rodrigues na prefeitura de Manaquiri, no exercício de 2015, Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do inciso I do art. 1º da Lei estadual nº 2.423/96, em decorrência de grave infração a normas legais [irregularidades 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 17, 20.c, 20.d, 22, 23, 24 (parte patronal), 25 e 26 da Notificação nº 3/2016-DICAMI e irregularidades 1.2.4, 2.1.4, 3.1.3, 4.1.4, 5.1.4, 6.1.5 e 7.3.8 da Notificação nº 1/2016-DICOP] e de dano ao erário (irregularidades 7, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 21 da Notificação nº 38/2017-DICAMI);

- 11- **Ata:** 39ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 12 de Novembro de 2018
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Erico Xavier Desterro e Silva, Josué



**PARECER PRÉVIO Nº 51/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

**13.1. Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**14- Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente

**ALIPIO REIS FIRMO FILHO**

Auditor-Relator

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**

Conselheiro

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**

Conselheiro

**JOSUE CLAUDIO DE SOUZA FILHO**

Conselheiro

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR**

Conselheiro

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**

Conselheiro

**JOAO BARROSO DE SOUZA**

Procurador-Geral



**ACÓRDÃO Nº 51/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 51/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 1- **Processo TCE - AM nº 12335/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Manaquiri
- 4- **Exercício:** 2015
- 5- **Responsável:** Aguinaldo Martins Rodrigues (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4036/2018-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Manaquiri. Exercício de 2015.

Irregularidade. Multa. Alcance. Concessão de Prazo. Comunicação. Ciência. Determinação.

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas do Sr.Aguinaldo Martins Rodrigues, responsável pela Prefeitura Manaquiri, no curso do exercício de 2015, nos termos do inciso II do art. 1º e da alínea, “c” e “b” do inciso III do art. 22, todos da Lei estadual nº 2.423/96, em decorrência de grave infração às normas legais [irregularidades 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 17, 20.c, 20.d, 22, 23, 24 (parte patronal), 25 e 26 da Notificação nº 3/2016-DICAMI e irregularidades 1.2.4, 2.1.4, 3.1.3, 4.1.4, 5.1.4, 6.1.5 e 7.3.8 da Notificação nº 1/2016-DICOP] e de dano ao erário (irregularidades 7, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 21 da Notificação nº 38/2017-DICAMI);
- 10.2. Aplicar Multa** ao Sr(a). Aguinaldo Martins Rodrigues no valor de R\$43.841,28, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ**, prevista no inciso VI do art. 308 do R/TCE-AM, em razão de graves infrações a normas legais [irregularidades 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 17, 20.c, 20.d, 22, 23, 24 (parte patronal), 25 e 26 da Notificação nº 3/2016-DICAMI e irregularidades



**ACÓRDÃO Nº 51/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 51/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

1.2.4, 2.1.4, 3.1.3, 4.1.4, 5.1.4, 6.1.5 e 7.3.8 da Notificação nº 1/2016-DICOP];

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.3. Considerar em Alcance** o Sr(a). Aguinaldo Martins Rodrigues no valor de 817.469,85 que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Manaquiri, em razão da não comprovação da aplicação desse valor em fins de interesse público (irregularidade 7), nos termos da segunda parte do inciso I do art. 304 do RI-TCE/AM;
- 10.4. Considerar em Alcance** o Sr(a). Aguinaldo Martins Rodrigues no valor de 320.059,18 que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Manaquiri, em virtude da falta de repasse da previdência do servidor ao fundo de Manaquiri (irregularidade 11), nos termos do inciso III do art. 304 do RI-TCE/AM;
- 10.5. Considerar em Alcance** o Sr(a). Aguinaldo Martins Rodrigues no valor de 22.252,10 que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Manaquiri, por causa do pagamento de juros e multas pagos por atraso no pagamento de dívidas previdenciárias já parceladas e devidas ao Regime Próprio de Previdência Social e ao Regime Geral de Previdência Social (irregularidades 15 e 16), nos termos da segunda parte do inciso I do art. 304 do RI-TCE/AM;
- 10.6. Considerar em Alcance** o Sr(a). Aguinaldo Martins Rodrigues no valor de 3.114.840,05 que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Manaquiri, em razão da ausência de comprovação de recebimento e distribuição de material de expediente no montante (irregularidades 12, 13 e 14), nos termos do inciso III do art. 304 do RI-TCE/AM.
- 10.7. Considerar em Alcance** o Sr(a). Aguinaldo Martins Rodrigues no valor de 1.369.343,12 que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o



**ACÓRDÃO Nº 51/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 51/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

órgão Prefeitura Municipal de Manaquiri, em virtude de movimentação de recursos do FUNDEB sem a identificação dos fornecedores e dos prestadores de serviço (irregularidade 21), nos termos da segunda parte do inciso I, c/c o inciso III do art. 304 do RI-TCE/AM.

- 10.8. Conceder Prazo** ao Aguinaldo Martins Rodrigues de 30 dias para recolher aos cofres do Tesouro do Município de Manaquiri o montante total declarado em alcance, em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei estadual nº 2.423/96, corrigidos monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei estadual nº 2.423/96);
- 10.9. Comunicar** o Ministério da Previdência Social sobre as irregularidades cometidas pela Prefeitura de Manaquiri ao fundo previdenciário, conforme evidenciam as irregularidades 7, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 21 da Notificação nº 38/2017-DICAMI, com envio de cópia dos laudos da equipe de auditoria (fls. 2133/2188 e fls. 2365/2369), nos termos do art. 210 do RI/TCE-AM.
- 10.10 Dar ciência** ao Dicrex - Parcelamentos para que efetue os procedimentos previstos no art. 3º da Resolução nº 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução;
- 10.11 Comunicar** o Ministério Público do Amazonas com cópia dos autos (fls. 2133/2188 e fls. 2365/2369), para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis, em virtude da existência de dano ao erário, relacionado às irregularidades 7, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 21 da Notificação nº 38/2017-DICAMI), nos termos do §3º do art. 22 da Lei Orgânica;
- 10.12 Determinar à Origem**, nos termos do §2º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM, que:
- 15-** inscreva os créditos tributários e não-tributários em dívida ativa, de forma integral e tempestiva (artigo 202 do Código Tributário Nacional, artigo 2º, parágrafo 5º da Lei 6.830/80 e lei 6.830/80);
- 16-** observe os prazos de envio de dados ao GEFIS, conforme Resolução 24/2013, principalmente em relação ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária e ao Relatório de Gestão Fiscal dentro do prazo estipulado, com a respectiva publicação (arts.



**ACÓRDÃO Nº 51/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 51/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

52 e 55 da LRF);

- 17- repasse de forma tempestiva os valores previdenciários do servidor e da parte patronal ao fundo de Manaquiri, bem como ao INSS (arts. 40, 195, I e 149, § 1º da Constituição Federal);
- 18- zele pelo adequado preenchimento das informações no sistema E-Contas, nos termos da Resolução 13/2015-TCE/AM, alimentando-o com todas as informações determinadas;
- 19- zele pelo cumprimento integral da lei do FUNDEB, a fim de comprovar aplicação de todas as despesas, principalmente por se tratar de recursos vinculados (Lei 11.494/2007).
- 20- mantenha o Portal da Transparência atualizado (inciso II do parágrafo único do art. 48 c/c o art. 48-A da LRF);
- 21- mantenha a disponibilidade financeira em instituição financeira, nos termos do §1º do art. 156 da Constituição Estadual;
- 22- mantenha a contabilidade, com todas as informações necessárias, de forma tempestiva, incluindo todas os dados contábeis daqueles que estão sob o Poder Executivo, a fim de atender ao princípio da oportunidade;
- 23- adote contabilidade de acordo com os princípios da oportunidade, tempestividade e integridade;
- 24- mantenha todos os documentos na sede da Prefeitura, nos termos do Ofício Circular nº 2/96 e a Decisão nº 163/2007, sob pena de ter todas as despesas glosadas;
- 25- observe, por último, que a reincidência do agente responsável no cumprimento destas determinações acarretará o julgamento das suas respectivas Contas irregulares, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.

- 11- **Ata:** 39ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 12 de Novembro de 2018



**ACÓRDÃO Nº 51/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 51/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

**13.1. Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**14- Representante do Ministério Público:** Dra. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**ALIPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral